



## TEORIA EM AÇÃO: O PENSAMENTO DOS THINKS TANKS DE PSDB E PT SOBRE A AMÉRICA DO SUL

### THEORY IN ACTION: PSDB AND PT THINKS TANKS THOUGHT ABOUT SOUTH AMERICA

**Priscilla Carvalho  
Corrêa Mendes**

Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST-INEST-UFF) e Bacharela em História pelo Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

**RESUMO:** Este artigo analisa a influência das políticas internacionais formuladas no âmbito do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) na política externa para a América do Sul de fato implementada pelos respectivos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), por meio da análise de seus respectivos *think tanks* – o Instituto Teotônio Vilela (ITV) e a Fundação Perseu Abramo (FPA). O artigo divide-se em quatro seções, sendo a primeira uma introdução sobre a tradição dos partidos brasileiros (ou mesmo sua ausência) em política externa e a construção do insulamento do Itamaraty. As segunda e terceira seções apresentam as continuidades ou rupturas entre as discussões de âmbito partidário no PSDB e no PT e as estratégias para a América do Sul por eles adotadas, uma vez no poder, por meio da análise das produções de seus respectivos *think tanks*. Por fim, a conclusão sustenta o pressuposto defendido de que o Itamaraty seria suscetível às mudanças nos grupos dominantes e a hipótese de que a chegada de um partido político ao Executivo Federal incentivaria seu envolvimento na formulação e na implementação da agenda internacional, a despeito da tradicional burocratização nessa matéria.

**Palavras-chave:** Partidos políticos; FHC; Lula da Silva; Política externa; América do Sul.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the influence of the international policies formulated within the scope of Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) and Partido dos Trabalhadores (PT) on the foreign policy for South America actually implemented by, respectively, Fernando Henrique Cardoso's (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva's (2003-2010) governments, by analysing their think tanks – Instituto Teotônio Vilela (ITV) e Fundação Perseu Abramo (FPA). It is divided into four sections, the first focusing on discussing and questioning the Brazilian party tradition (or even its absence) in foreign policy and the construction of Itamaraty insulation. The second and the third sections present the continuities or ruptures between party-wide discussions and strategies for South America, once in office, through the analysis of the outputs from ITV and FPA. Finally, the conclusion reiterates the assumption that Itamaraty is susceptible to changes in dominant groups and the hypothesis that the arrival of a political party to the Federal Executive encourages its involvement with the formulation and implementation of international agenda, despite the traditional bureaucratization in that matter.

**Keywords:** Political parties; FHC; Lula da Silva; Foreign policy; South America.



## 1 Introdução

Esse trabalho baseia-se na dissertação de Mestrado “Partidos políticos e política externa: a América do Sul nos governos FHC/PSDB (1995/2002) e Lula da Silva/PT (2003/2010)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST), que discutiu dois consensos da literatura tradicional, quando se trata da relação entre partidos políticos e política externa. O primeiro deles é que as agremiações políticas não se interessariam por tal assunto, e o segundo é que a agenda internacional seria matéria exclusiva do Itamaraty (SCHNEIDER, 1976; ALMEIDA, 1986; NUNES, 1997; ALBUQUERQUE, 2003).

A máxima atribuída pelo jornalista Elio Gaspari (2010) ao congressista Ulysses Guimarães de que o Itamaraty só tira (ou dá) voto no Burundi ilustra bem como os dois consensos relacionam-se e retroalimentam-se. Os partidos brasileiros estariam mais preocupados com questões domésticas, muitas vezes, apenas reproduzindo pontos de vista do próprio Itamaraty ou elaborando formulações demasiadamente vagas sobre tal assunto, justamente devido à existência de uma burocracia profundamente especializada e institucionalizada em matéria internacional. Assim, falar de política externa brasileira torna necessário problematizar a tradição em torno do Itamaraty e a reiteração dessa tradição pela própria academia.

As Relações Internacionais são um campo de estudo recente surgido do impacto da Primeira Guerra Mundial sobre as relações entre os Estados. Nasceram, assim, como um campo de estudo destinado a compreender as causas da guerra e a criar mecanismos para evitá-la, a partir da criação de uma organização política mundial baseada no princípio de cooperação entre os Estados, no reforço do Direito Internacional e na solução pacífica de controvérsias, como advogava o liberalismo wilsoniano. Seu foco, dessa maneira permanece no âmbito estatal, por constatar que, por meio do monopólio legítimo do recurso à força, este não seria passível de disputa e estaria pacificado desde a formação dos Estados nacionais (RODRIGUES, 2008).

Como tal não se concretizou, dada a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a denúncia ao projeto liberal foi perpetrada, a partir de meados dos anos 1940, por autores que se intitulavam realistas. A política externa, sob a ótica realista, é identificada como uma prerrogativa dos Estados. Para seus teóricos, como o sistema internacional é anárquico, por ser composto de entidades soberanas com idêntica legitimidade para ordenar suas relações internas e com capacidade de promover seus interesses no plano externo, não se reconhece a existência de qualquer ente com igual competência para exercê-la (ALTEMANI, 2005).

Dessa maneira, em ambas as perspectivas – liberal e realista –, o Estado é visto como uma estrutura jurídico-política inevitável e deve ser disputado e conservado. Como seu interior encontrar-se-ia pacificado e somente o plano exterior seria alvo de disputas, o plano doméstico não é considerado uma variável explicativa para a compreensão da política externa adotada pelos Estados. Assim, no Brasil, as pesquisas sobre política externa também foram marcadas por excessivo foco nas relações interestatais, desmotivando os estudos sobre as dinâmicas internas e sobre a influência dos atores domésticos, como os partidos políticos, na formulação da agenda internacional.

Desde o surgimento do país como Estado-nação, o Itamaraty foi o lócus primordial da elite intelectual e aristocrática brasileira, o que forjou uma política externa baseada num longo processo de tradições diplomáticas na história imperial e republicana. A exaltação da figura do Barão de Rio Branco e as medidas de coesão institucional do MRE tiveram, assim, o papel de projetar para a sociedade a imagem de coesão, previsibilidade e continuidade da política externa nacional (MARIANO, 2007; MESQUITA, 2012). A coesão, a estabilidade e a identidade do MRE foram mantidas não somente por símbolos, ritos e signos, mas pela criação de um conjunto de ideias que colaboraram para construir uma memória institucional (BUERE, 2011). Assim, o caráter político por trás na construção institucional do Itamaraty não deve ser desconsiderado, visto que a definição do que será lembrado e o que será esquecido não se dá fortuitamente.

O trabalho pioneiro de Cheibub (1985; 1989), por sua vez, tomou a evolução histórica do Itamaraty como objeto, considerando seu crescente processo de burocratização e institucionalização<sup>1</sup>. O autor indicou o desenvolvimento, no Itamaraty, de características consideradas por Samuel Huntington essenciais à institucionalização de qualquer organização: adaptabilidade; complexidade, autonomia; e coesão (HUNTINGTON, 1972). A adaptabilidade e a complexidade referem-se à sua capacidade de responder aos diferentes cenários internacionais, inclusive com a criação de novas funções dentro de sua estrutura administrativa, dotando a instituição de legitimidade no trato de questões centrais num dado momento. A autonomia e a coesão, por sua vez, conferem-lhe a estabilidade considerada indispensável para a manutenção da continuidade na política externa brasileira, por meio da geração de consensos e da inibição de rupturas bruscas (CHEIBUB, 1989).

---

<sup>1</sup>Cheibub (1989) classificou a evolução histórica do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em três períodos: 1) o patrimonial, de 1822 até a virada para o século XX; 2) o carismático, de 1902 a 1912, quando da chancelaria do Barão do Rio Branco; e 3) o burocrático-racional, de 1912 aos anos 1980, em que se inicia uma série de reformas que visa a dotar a carreira diplomática de uma estrutura cada vez mais racional e burocratizada.

Cheibub (1989) concluiu que a manutenção do Itamaraty como protagonista em matéria internacional só seria rompida quando outros atores dotados de certo grau de institucionalização pudessem lhe contrabalançar. Então, partidos, Congresso, comunidade acadêmica e demais atores políticos deveriam transformar-se em grupos duradouros e estáveis (CHEIBUB, 1989, p. 127).

Um dos autores que aprofundou os estudos de Cheibub sobre a corporação diplomática foi Gustavo Sénéchal Goffredo Junior, ao problematizar a construção da tradição no Itamaraty. Goffredo Junior (2000) afirmou que

[d]evido ao alto grau de profissionalismo e ao *esprit de corps* dos diplomatas, coube a eles tomar a liderança no que se refere não apenas à execução, mas também à formulação da política exterior do país durante quase todo o período republicano. Surge então a categoria dos “operadores/formuladores” que dialogam com elementos da “tradição” para conceber a política externa do país de acordo com as contingências do momento histórico em que vivem.

Não raro, esses indivíduos vão buscar nos princípios históricos da diplomacia o sustento para dar legitimidade à posição brasileira (GOFFREDO JR., 2000, p. 95).

A tradição do MRE resultou, então, na construção de um consenso em torno do insulamento da instituição e de um alegado desinteresse dos partidos políticos em matéria internacional. Marcado pela continuidade e pela convergência de pensamentos, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) concentraria as formulações e a implementação de política externa, contribuindo para um comportamento mais estável pautado por padrões normativos. Saraiva (2010) destacou, no entanto, que, apesar de denotar as premissas realistas, o conjunto de crenças em que se baseia a diplomacia brasileira seria fruto de diferentes estratégias de desenvolvimento nacional e de determinados cálculos dos formuladores de política externa que variavam, de acordo com suas percepções sobre o que seria interesse, conjuntura e inserção internacionais (SARAIVA, 2010).

Se, até meados da década de 1990, tal percepção prevaleceu entre os analistas de política externa, na última década do século XX, esse quadro mudaria, devido a transformações de ordem sistêmica – fim da bipolaridade entre EUA e URSS e advento da globalização – e doméstica – redemocratização e adesão ao Neoliberalismo (LIMA, 2000; SARAIVA, 2007). Uma nova concepção de política externa alterou a concepção corrente sobre o papel do Estado e suas práticas internacionais e diluiu o conceito tradicional de fronteiras. Novos atores passaram a ter relevo no sistema internacional, o que reduziu as bases de atuação do Estado, dotando-o de maior pluralidade.

No âmbito sistêmico, o fim da Guerra Fria e o advento da globalização motivaram a emergência de novos temas, para além da agenda de segurança internacional, conferindo a atores transnacionais e intraestatais maior participação nas formulações de política externa, e à diplomacia mais ativismo e, sobretudo, mais legitimidade doméstica (FARIAS, 2016).

No Brasil, além disso, a abertura política e a liberalização econômica geraram efeitos distributivos nessa matéria, na medida em que os resultados até então alcançados não correspondiam aos anseios dos novos atores envolvidos. A partir dos anos 1990, o crescente papel de ministérios e de outras entidades subnacionais – em especial, dos partidos políticos – ilustrou a diversificação dos atores que passam a influenciar a tomada de decisões no âmbito internacional. Pinheiro (1997) considerou que a redemocratização fez necessária a reformulação da conduta interna do MRE, tornando-a mais permeável aos distintos setores sociais que ganham força e expressão no contexto abertura política. Numa democracia, seria essencial a interlocução da diplomacia com a sociedade civil, na medida em que esse diálogo reforçaria a legitimidade de uma política exterior representativa (PINHEIRO, 1997).

A Constituição de 1988 buscou, então, reduzir parte da assimetria entre os poderes Executivo e Legislativo nas relações exteriores, incorporando o último à condução da política externa (NEVES, 2006). Mesmo que o Executivo ainda seja preponderante<sup>2</sup>, é preciso reconhecer que a participação do Legislativo na aprovação de tratados, por exemplo, sinalizaria a importância dos partidos políticos em assuntos internacionais. Ainda que essa ocorrência seja importante, o poder do Executivo em matéria internacional ainda seria superior, o que também provocaria perda de poder relativo do MRE (CASON; POWER, 2006).

Além disso, a Constituição elencou os princípios das relações internacionais<sup>3</sup>, que, apesar de visarem nortear a conduta brasileira internacionalmente, são demasiadamente generalistas e permitem que as mais diferentes estratégias de política externa sejam postas em prática sem que aqueles sejam comprometidos (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Oliveira e Onuki (2010) ressaltam que, com a abertura política, os partidos passaram não somente a ter posições discriminantes sobre política externa como a alterar o curso do

---

<sup>2</sup>Os incisos VII, VIII, XIV, XIX e XX do artigo 84 da Constituição de 1988 expuseram as funções do Presidente especificamente com relação à política externa. Estas seriam: manter relações com os Estados estrangeiros; celebrar tratados, convenções e atos internacionais; nomear embaixadores; declarar guerra, desde que com a aprovação do Congresso; e celebrar a paz. Portanto, a responsabilidade da PEB caberia, sobretudo, ao Presidente, sendo auxiliado pelo MRE.

<sup>3</sup>A saber: independência nacional; prevalência dos Direitos Humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica de conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político; e integração econômica, política social e cultural dos povos da América Latina.

comportamento do país internacionalmente. Os autores apontaram, ainda, que a ausência de diagnósticos sobre essa nova realidade decorre de um efeito inercial, em que se tenta compreendê-la a partir de esquemas analíticos e referências empíricas do passado e defendem que os partidos importam para a política externa em duas dimensões: por sua influência direta, sobre a tomada de decisões no âmbito Executivo; e, por influência indireta, sobre as decisões do Legislativo (OLIVEIRA; ONUKI, 2010).

Por outro lado, no plano eleitoral, justamente pelo fato de a política exterior não ser fator primordial para que os eleitores decidam seu voto, tenderia a ser um campo afeito à demarcação de posições políticas, sem que isso implicasse os mesmos custos das demais políticas domésticas (*Ibidem*). Também importaria ressaltar que a formação de políticas públicas poderia ser influenciada pela posição que os partidos políticos ocupam na estrutura governamental, mudando de acordo com o grupo político no governo (MILANI; PINHEIRO; LIMA, 2017). Assim, a posição que um partido ocupa nessa estrutura impactaria sua visão sobre a execução da política externa (MESQUITA, 2012), o que reitera a hipótese sustentada por esta pesquisa.

A introdução visou, assim, compreender o funcionamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a construção de sua imagem como encarregado primordial das formulações de política externa brasileira (PEB), como elemento de constrangimento da participação de outros atores, como os partidos políticos. Para isso, partiu do pressuposto de que a tradição forjada em torno do Itamaraty contribuiu para legitimar alguns projetos políticos e ações internacionais em detrimento de outros e para a produzir estudos que ratificassem essa visão, tanto na academia quanto nos quadros institucionais.

## **2 A FPA e a política internacional<sup>4</sup> petista**

O PT foi fundado em 1980, no contexto da transição democrática firmada pela “abertura lenta, gradual e segura” do governo Geisel (1974-1979). Segundo Meneguello (1989), o PT conjugou dois importantes elementos: 1) a iniciativa fundacional proveniente de sindicatos de trabalhadores, intelectuais e oposição política à ditadura – constituindo um poderoso partido de massas<sup>5</sup> – e; 2) o programa político de uma ideologia de classe que representava os interesses dos setores populares.

---

<sup>4</sup>É preciso distinguir política internacional de política externa. Enquanto aquela seria resultado da sedimentação de posições dos partidos sobre as questões internacionais, esta, diferentemente, consistiria numa política pública de interesse nacional. Assim, a comparação entre a política internacional de uma agremiação e a política externa de fato implementada é extremamente elucidativa para indicar se houve ou não uma reorientação do governo com relação às formulações do partido (CRUZ; STUART, 2010, p. 74).

<sup>5</sup>Ver Duverger (1970).

Apesar de ter sido construído pela mídia e pelo senso comum como um partido socialista, desde sua fundação, o PT reconhecia-se plural e não-alinhado automaticamente a qualquer matriz ideológica (KECK, 1991; FORTES, 2011). Um dos principais pontos levantados sobre este trabalho completo foi que, gradualmente e principalmente a partir do seu V Encontro Nacional, em 1987, as tendências mais radicais do partido foram afastadas e que suas decisões centralizaram-se na cúpula. Assim, a Carta ao Povo Brasileiro de 2002 não deveria ser encarada como símbolo de rompimento, mas como consequência de um processo de ampliação de alianças que já vinha sendo construído pelo partido (MENDES, 2020).

Segundo o Estatuto do PT, redigido em 1984, porém atualizado doze anos depois, a Fundação Perseu Abramo (FPA) é uma entidade de direito privado instituída em maio de 1996, por decisão de seu Diretório Nacional, para aprofundar as discussões de seus fundamentos doutrinários e estimular o debate ideológico, político e cultural sobre as grandes questões da atualidade (PT, 1996). O nome da fundação homenageia o sociólogo e jornalista Perseu Abramo, cuja trajetória política foi de oposição ao regime militar e de apoio à fundação do PT.

A criação de uma instituição dessa natureza já havia sido experimentada pela Fundação Wilson Pinheiro<sup>6</sup>, que, apesar de ter funcionado por um curto período, esgotou-se, devido a diversos fatores, incluindo a instabilidade de recursos financeiros (FPA, 2020). Apenas com a criação do fundo partidário, quando foi estipulado que 20% da verba atribuída aos partidos fosse investida na criação e na manutenção de institutos ou fundações de pesquisa, doutrinação e educação política, foi que o projeto se tornou viável. A opção petista por criar uma fundação deu-se devido a esse tipo de modelo ser fiscalizado e prestar contas ao Ministério Público, o que denotaria compromisso com a transparência de todas as atividades desenvolvidas pela instituição (*Ibidem*).

No portal da FPA, consta uma profusão de publicações do PT em forma de notícias, boletins, livros e coleções, digitalizados e disponíveis gratuitamente para *download*, desde 1987. A revista impressa “Teoria e Debate”, por exemplo, que foi criada pelo Diretório Regional paulista do PT, em 1988, passou a ser editada pela FPA dez anos depois. De essência formadora, a instituição leva em conta o acúmulo de experiências no partido, o debate de ideias e a existência de tendências de opinião diferenciadas em seu interior. Três artigos referentes à América do Sul e publicados em diferentes contextos foram analisados por este trabalho. Tais textos não foram necessariamente escritos por filiados ao partido, mas por estudiosos que

---

<sup>6</sup>O nome da Fundação homenageava o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, no Acre, Wilson Souza Pinheiro, assassinado em frente à sede do sindicato no dia 21 de julho de 1980.

corroboravam com as visões expressas pelo PT, cujo centro de decisões encontrava-se cada vez mais centralizado.

A edição número 25 da revista Teoria e Debate, lançada em 1º de junho de 1994, portanto em plena campanha eleitoral presidencial daquele ano, apresentou um artigo de Hector Alimonda (1994), intitulado “Impasses do Mercosul”. O artigo apontou que tais impasses seriam: 1) a ampliação do espaço democrático, por meio da rearticulação política no nível regional e da discussão sobre a inserção internacional por diversos setores da sociedade; 2) as deficiências técnicas e operacionais do Tratado de Assunção, que não estipulou um mercado comum, mas uma zona de livre comércio; 3) a ausência de menção da agricultura como setor a ser harmonizado no marco da coordenação macroeconômica; 4) a ausência de cláusulas democráticas que estabelecessem um novo modelo de relacionamento regional e; 5) a ausência de questões relativas ao trabalho (ALIMONDA, 1994).

Percebe-se que predominava um tom crítico sobre a maneira como a integração sul-americana estava sendo levada a cabo pelo governo Collor. A exiguidade do prazo para que o Mercosul passasse de uma zona de livre comércio para um mercado comum era criticada, aparentemente, por mais reforçar o processo de abertura unilateral do que orientar a constituição de um espaço comum de desenvolvimento regional.

Em artigo publicado em abril de 2000, na edição número 44 da revista, o economista Paul Singer (2000), um dos fundadores do PT e primeiro presidente da extinta Fundação Wilson Pinheiro, discutiu os desafios da globalização no final do segundo milênio. Para o autor, a globalização passou por quatro fases distintas:

A primeira vai até 1914 e registra a ascensão liberal, impulsionada pela Grã-Bretanha desde meados do século anterior. (...) A segunda abrange as duas guerras mundiais e o período entre guerras e é marcada pelo dilaceramento bélico da economia mundial, pelo fechamento dos mercados nacionais e pela universalização da substituição de importações. A terceira começa em 1945 e se caracteriza pela abertura gradual e controlada dos mercados nacionais e a expansão rápida das multinacionais dentro deste novo espaço econômico. Finalmente, a quarta começa nos anos 80 e é marcada por uma estranha volta à primeira fase, ao liberalismo, à liquidação dos setores produtivos estatais e ao impedimento de políticas nacionais de desenvolvimento (SINGER, 2000).

Singer (2000) identificou que o sucesso do Plano Real não se sustentou devido ao aumento explosivo das importações e à fuga de capitais ao exterior, principalmente após a crise mexicana. Além disso, argumentou que uma resistência ao neoliberalismo ainda careceria de um projeto alternativo que aglutinasse os setores prejudicados pelo projeto neoliberal

(SINGER, 2000), denotando, assim, oposição à política externa levada a cabo pelo então presidente FHC.

O terceiro artigo analisado é de autoria do escritor uruguaio Niko Schvarz, e foi publicado na edição número 58, lançada em maio de 2004. Schvarz (2004) fez um balanço positivo da política externa do primeiro ano do governo Lula, apontando três iniciativas bem-sucedidas, como: 1) o aporte à paz e ao Direito Internacional, no contexto de guerra no Iraque; 2) o incentivo do combate à fome, iniciado nacionalmente pelo Programa Fome Zero e vislumbrado em âmbito internacional pela intenção de criar um fundo com esse propósito; 3) a cooperação com o hemisfério Sul, iniciada pela criação do G-3, com Brasil, Índia e África do Sul, que valorizava as possibilidades latentes de desenvolvimento e de ações acordadas frente aos organismos internacionais, como FMI e Organização Mundial de Comércio (OMC).

O autor demonstrou, assim, concordância com relação às estratégias elaboradas pelo governo petista e implementadas pela ala nacionalista ou autonomista do Ministério das Relações Exteriores<sup>7</sup>.

### **3 O ITV e a política internacional peessedebista**

O PSDB foi criado em 1988 por dissidentes que se autodenominavam a ala mais progressista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como FHC, Mário Covas, André Franco Montoro, José Serra e Sérgio Motta. Estes manifestaram o desejo de fundar um novo partido que representasse uma opção de centro-esquerda e à tradição social-democrata. Montoro (1989), então Presidente de Honra do PSDB, defendia que o partido nascera da confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo, sendo dotado de um caráter pluralista. A principal preocupação de seus fundadores era destacar-se do espectro político clássico, não se identificando com direita nem esquerda, tampouco centro, porém voltado para a maioria interessada em reformas sociais e no parlamentarismo (CARNEIRO; LEMOS, 2010).

O Instituto Teotônio Vilela (ITV), por sua vez, seria formalizado pelo Estatuto do partido em 1995, como uma associação sem fins lucrativos e centro de formação política com a intenção de estudar e pesquisar a realidade brasileira. O ITV promove estudos, pesquisas e

---

<sup>7</sup> Os autonomistas, que se identificam com a perspectiva desenvolvimentista e, em termos partidários, com o PT, formam uma categoria de análise que teve maior relevo durante o governo Lula da Silva, na figura do chanceler Celso Amorim e do secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães. Diferente dos liberais ou institucionalistas pragmáticos, os nacionalistas dão mais destaque a questões como autonomia, universalismo e presença brasileira na política internacional. Assim, a crença nos regimes internacionais é menor, enfatizando seu caráter reformista com relação à ordem internacional (SARAIVA, 2010, p. 48-50).

análises políticas, econômicas e sociais, tanto nacionais quanto internacionais, educação e formação políticas dos filiados e candidatos do partido, organização de livros, revistas e periódicos, prestação de consultoria e assessoria técnica aos órgãos dirigentes do partido, celebração de acordos e diálogo com entidades públicas e privadas nacionais e internacionais e prestação de outros serviços técnicos de consultoria do PSDB.

O nome do Instituto é uma homenagem a Teotônio Brandão Vilela, político conhecido como “Menestrel das Alagoas”<sup>8</sup>, devido à sua luta pela liberdade política e redemocratização do Brasil. Segundo Mesquita (2012), quando se analisa a produção do ITV, fica patente a crescente importância que os temas internacionais alçaram no interior do PSDB, bem como a alteração do pensamento do partido sobre política externa. A partir de 2008, o ITV criou grupos de trabalho sobre a temática internacional, a fim de que o partido, uma vez na oposição, compreendesse seu papel num mundo de constantes transformações (MESQUITA, 2012).

Uma das principais publicações do ITV foi a série semestral “Ideias & Debates”, que apresentava textos das principais figuras políticas do PSDB sobre variados temas. No primeiro volume, em 1996, Luiz Carlos Bresser-Pereira, um dos fundadores do PSDB, publicou o texto “Social-Democracia e esquerda no fim do século”, no qual identificava o partido como de centro-esquerda, embora abrangesse amplo espectro ideológico.

Segundo Bresser Pereira (1996), as reformas promovidas durante o governo FHC – administrativa, previdenciária e as privatizações – não obedeciam à lógica neoliberal, como apregoavam os críticos, a quem ele chama de “uma esquerda arcaica e populista”, mas à necessidade de responder a uma crise do Estado, diante dos desafios de um mundo globalizado. Para o autor:

Está claro que a causa fundamental da grande crise econômica dos anos 80 foi a crise do Estado. Nesta década o Estado entrou em uma profunda crise, assim como nos anos 30 fora o mercado que entrara em grande crise. As economias capitalistas contemporâneas são coordenadas pelo mercado e pelo Estado, Os liberais defendem uma maior coordenação via mercado; os intervencionistas, uma coordenação em que o Estado tenha um papel relevante. No limite temos os neoliberais, que querem a retirada total do Estado da coordenação da economia, e os estatistas, que pretendem controlar tudo através do plano. Quando mercado ou Estado entram em crise, entra em crise a economia como um todo. E entra em crise a respectiva ideologia de coordenação econômica (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 61-62).

---

<sup>8</sup>A luta de Teotônio Vilela pelos perseguidos políticos, visitando prisões e fazendo pregações cívicas por todo o Brasil, rendeu-lhe homenagem de Milton Nascimento e Fernando Brant: a canção “Menestrel de Alagoas”.

Bresser-Pereira identifica que a alternativa social-democrata diante de tal desafio seria construir um Estado fiscalmente forte e administrativamente capaz, o que o dotaria de governabilidade. Com relação ao mundo globalizado, o autor afirmava que:

(...) por isso é fundamental reconstruir o Estado. Com a globalização diminuiu a autonomia do Estado de fazer políticas, dado um determinado grau governabilidade e governança. Se diminui a crise fiscal do Estado, se aumenta sua capacidade administrativa, se sua missão é definida de acordo os tempos em que vivemos e se assegura legitimidade para seus governantes, o Estado será mais forte e terá condições de contrabalançar os efeitos desestabilizadores e distorcivos da globalização (*Ibidem*, p. 70).

Em 1999, o vigésimo quarto volume da revista “Ideias & Debates” trouxe novo artigo de Bresser-Pereira, intitulado “A nova centro-esquerda”, que seria a social-democracia. No artigo, o autor utiliza sete critérios – controle de classe, papel do Estado, reforma do Estado, execução de serviços sociais, previdência social, política econômica e globalização – para distinguir a velha centro-esquerda, a nova centro-direita e a nova centro-esquerda (*Idem*, 1999).

Segundo os sete critérios definidos por Bresser-Pereira, primeiramente, a nova centro-esquerda seria controlada por burocratas, bem como a chamada velha esquerda, porém compartilharia o poder com “a classe capitalista”. Com relação ao papel do Estado, reconhecê-lo-ia como complementar e estratégico, cabendo a coordenação da economia ao mercado. Em seguida, para a nova centro-esquerda, reformar o Estado significaria sua reconstrução – das mãos de burocratas e capitalistas, por meio de uma administração pública gerencial –, delimitação – transferindo empresas para o setor privado – e consolidação democrática – uma vez que teria como consequência o fortalecimento das instituições democráticas. Quanto à execução de serviços sociais, Bresser-Pereira defendia que uma nova esquerda manteria a gratuidade, fazendo duas modificações: 1) transferindo-os para o setor público não-estatal e; 2) controlando-os pela ótica da demanda, o que, segundo ele, dotaria os cidadãos de maior liberdade de escolha e fortaleceria a competitividade entre os serviços. Em quinto lugar, quanto à previdência social, a nova centro-esquerda rejeitaria o “modelo chileno” e defenderia uma previdência básica estatal – como um tipo de renda mínima – e outra complementar estatal, no esquema de repartição. Com relação à política econômica, defenderia o Keynesianismo, a regulação dos mercados e uma política macroeconômica flexível (*Ibidem*).

Por fim, sobre a globalização, para a nova esquerda, esta:

É um fato e um desafio, que a leva: não a recusar a competição e fechar-se dentro de suas fronteiras, como quer a velha esquerda, mas buscar tornar sua economia nacional competitiva internacionalmente; não a considerar a perda de autonomia do Estado

inevitável, mas a fortalecê-lo fiscal, administrativa e politicamente, para que ele possa compensar as distorções provocadas por um mercado mundial e por uma volatilidade extraordinária dos fluxos financeiros e a procurar controlar e taxar os fluxos especulativos de capital (imposto Tobin<sup>9</sup>, cuja adoção o presidente Fernando Henrique Cardoso propôs recentemente de maneira formal), ao invés de dirigir invectivas contra o fenômeno, como faz a velha esquerda, ou considerá-lo benfazejo, como quer a nova direita (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 54).

Embora Bresser-Pereira declarasse que a social-democracia e, conseqüentemente o PSDB, representasse a nova centro-esquerda, as políticas de reforma combinaram privatização, eficiência fiscal e redefinição das políticas públicas, o que demonstrava sua adesão ao Neoliberalismo. A defesa da necessidade de uma reforma de Estado mostrou-se em consonância com o consenso cristalizado em torno do Neoliberalismo e com a inevitabilidade da globalização dos mercados.

A partir do exposto, percebe-se que o economista argumentou em favor do projeto de governo de FHC, para quem a globalização da economia mundial e a universalização do livre mercado eram valores primordiais. No entanto, o artigo reflete a inflexão para o conceito de globalização assimétrica elaborado no segundo mandato de FHC<sup>10</sup>. Ao denunciar as distorções do mercado internacional e a volatilidade dos fluxos financeiros, Bresser-Pereira segue como porta-voz das ideias do partido.

O ITV também sinalizou suas formulações sobre política externa por meio dos discursos que seus membros proferiam em atividades voltadas para a temática internacional. O primeiro presidente do instituto foi o senador cearense Lúcio Alcântara (1996-2001), eleito para a legislatura de 1995 a 2002, enquanto ainda fazia parte do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Logo no início do mandato, o senador migrou para o PSDB, alegando discordâncias com o líder do PDT, Leonel Brizola, que, em sua opinião, defendia “uma oposição dura, inflexível, ao governo Fernando Henrique Cardoso” (ABREU, 2010).

Alcântara atuou na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e produziu uma série de textos e pronunciamentos sempre favoráveis às decisões do presidente em exercício. Em discurso ao Senado, em 13 de fevereiro de 1996, endossou a estabilização econômica como pré-requisito para o desenvolvimento do país e para pleitear um assento

---

<sup>9</sup> Durante a conferência “Governança progressista para o século XXI”, realizada em Florença, Itália, nos dias 20 e 21 de novembro de 1999, FHC defendeu a reestruturação financeira internacional e o controle de capitais, defendendo, inclusive a implantação da “taxa Tobin”, que incidiria sobre as movimentações financeiras internacionais de caráter especulativo e que era uma das bandeiras dos movimentos antiglobalização.

<sup>10</sup> O discurso de globalização assimétrica relaciona-se a uma alegada correção de rumos ocorrida durante o segundo mandato de FHC, denotando o esgotamento da matriz neoliberal, num contexto em que a crise do Plano Real e do Mercosul e as sucessivas crises financeiras, deixaram entrever as vulnerabilidades externas do Brasil. Recupera-se, portanto, a partir de 1999, um discurso de que o sistema mundial estaria condicionado por assimetrias que ocasionariam uma distribuição desigual de poder, sobretudo na área comercial.

permanente no Conselho de Segurança da ONU e comemorou a possibilidade de avanço nas negociações entre Mercosul-União Europeia, referindo-se às políticas formuladas pelo PSDB:

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, à medida que o Brasil vai amadurecendo como país moderno, vai-se tornando claro, para todos, o quanto dependemos da estabilização de nossa economia, se quisermos ingressar no rol das nações desenvolvidas. A estabilização não somente permitirá que os investimentos produtivos continuem a crescer – como, aliás, vem ocorrendo –, mas também representa um pré-requisito para a consistência da política externa brasileira. O Mercosul, por exemplo, – que, a cada dia, se fortalece e que se prepara para se integrar à União Europeia no primeiro lustro do próximo século – certamente desmoronará como um fabuloso castelo de cartas, caso seus países-membros não sejam capazes de manter um mínimo de disciplina fiscal, que tenha por efeito inaugurar um longo período de estabilidade monetária na região. Quanto às pretensões do Brasil em compor, de forma permanente, o Conselho de Segurança da ONU, elas não serão jamais levadas a sério pelas nações hegemônicas, se porventura malograrmos na busca da estabilização, regredindo a uma situação de descontrole fiscal e monetário (ALCÂNTARA, 2001, p. 13).

Sobre a participação do parlamento não somente no processo decisório em política externa, mas em sua formulação, o senador e então presidente do ITV afirmava, em 2001:

Os parlamentos têm tido tradicionalmente, pouca participação na formulação das políticas externas nacionais. Sob o pretexto de que a política externa é “assunto de príncipes e não do povo”, ao longo de sua história, os parlamentos têm estado alijados do tema. Neste sentido, pode-se dizer que as conquistas democráticas progrediram pouco neste final de século, uma vez que os próprios teóricos do Direito Constitucional, ao deixarem de questionar as ideias herdadas ao longo da lenta evolução do sistema democrático-representativo de governo, não pareceram encontrar, até hoje, qualquer utilidade para a participação popular na condução das relações internacionais (*Ibidem*).

O principal objetivo da politização da agenda internacional seria dotar as decisões tomadas nos foros internacionais de um novo patamar de legitimidade, o que demonstrava, de uma só vez, sua adesão ao pensamento do PSDB com relação à política externa e à corrente institucionalista-pragmática no interior do MRE<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> De acordo com Miriam Saraiva (2010), a crise de paradigmas ocorrida nos anos 1990 acaba pondo em xeque os padrões de comportamento brasileiro com relação à política externa e levando à divisão do Itamaraty em duas correntes: os autonomistas (ou nacionalistas); e os institucionalistas pragmáticos (ou liberais). Os institucionalistas pragmáticos compõem uma corrente de pensamento e de ação no interior do Itamaraty que se consolidou durante o governo FHC e defendem, no âmbito econômico, a liberalização condicionada e identificam-se com partidos como PSDB e o atual DEM. Além disso, enxerga na regulamentação das relações internacionais um aspecto favorável para o desenvolvimento econômico, o que se denota pelo apoio à adesão aos regimes internacionais e pelo comportamento ativo nos foros multilaterais. Por fim, essa corrente defende a construção de uma liderança brasileira na América do Sul, enxergando a integração regional como instrumento para ganhos do Brasil em termos econômicos (SARAIVA, 2010, p. 46-48).

#### 4 Considerações finais

Este artigo procurou discutir e analisar a influência das políticas internacionais de PSDB e PT na política externa para a América do Sul, durante os governos FHC e Lula, respectivamente. Portanto buscou responder às seguintes questões: 1) seria o MRE suscetível a mudanças nos grupos dominantes?; 2) qual teria sido o peso das produções elaboradas no âmbito de cada partido sobre a política externa regional entre 1995 e 2010?

Sobre a primeira questão, argumentou-se que a construção do Itamaraty como uma burocracia insulada refletiu o desejo de dotar a política externa de previsibilidade e de coesão. Ritos, signos, símbolos e crescente burocratização e institucionalização formaram uma memória institucional que não foi fortuita. Esta desencorajou outros atores, como os partidos políticos, a se debruçar sobre a agenda internacional e reiterou o insulamento do MRE. No entanto, apesar de dissimular para o público externo essa aparente coesão interna, a instituição apresenta, como qualquer campo da vida social, divisões, visões políticas e organizacionais distintas em seu interior.

Clivagens como americanistas *versus* europeístas, americanistas *versus* germanistas e pró-ocidentais *versus* não-alinhados, por exemplo, existiam, na Primeira República, na Era Vargas e nos pós-Segunda Guerra Mundial, respectivamente. Dessa maneira, a identificação atual de categorias que opõem institucionalistas pragmáticos e autonomistas sinaliza o caráter plural do MRE, nos dias de hoje. Portanto, o Itamaraty seria vulnerável às mudanças nos grupos dominantes, na medida em que partidos como PSDB e PT – com vasta experiência em política internacional – chegaram ao poder e desenvolveram certos graus de institucionalização e de identificação com uma ou outra corrente interna ao MRE.

Com relação ao segundo ponto, o artigo demonstrou que, a despeito de FHC e Lula terem priorizado a América do Sul, houve ruptura quanto ao modelo de inserção internacional implementado pelos dois governos. Isso teria sido motivado pelo fato de suas políticas externas terem sido elaboradas por diferentes pensadores, com distintas leituras de mundo e ancorados em estruturas tão diversas. Assim, enquanto o PSDB defendia um Mercosul nos moldes do regionalismo aberto – o que fica evidente pela análise do artigo de Bresser-Pereira –, que visava superar os interesses dos países-membros em nome da inserção competitiva no mercado internacional, em consonância com o discurso neoliberal do partido, o PT defendia a integração sul-americana de modo a formar um espaço comum de desenvolvimento regional e apoiava a incorporação das dimensões política e social, nos moldes do chamado regionalismo pós-hegemônico – como se pode inferir dos textos de Alimonda, Singer e Schwarz.

Ademais, a política externa da era Lula demonstrou mais disposição de arcar com os custos da integração, fortalecer sua presença internacional e construir sua liderança regional do que aquela de FHC. A construção da liderança na região, durante o governo Lula, estaria, então, inserida na estratégia de busca de protagonismo global, que seria uma ferramenta para consolidar o Brasil como *global player* e para alcançar, inclusive, o objetivo mais ambicioso de conquista de assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

À parte da visão de parte da literatura que concebe a elaboração de conceitos fluidos com relação à autonomia (FONSECA JR., 1998; VIZENTINI, 2003, 2005; VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003; VIGEVANI, CEPALUNI, 2007), identificando no período de 1995 a 2010 uma mudança dentro da continuidade, buscaram-se elementos para a defesa de que, quanto à América do Sul, as estratégias adotadas pelo governo Lula representaram uma ruptura com relação tanto às do governo FHC quanto às traçadas pelo MRE<sup>12</sup>. Dessa maneira, tomar a variação no conceito de autonomia como um dado incorreria na visão equivocada de que a política externa brasileira seguiria uma linha de evolução contínua e meramente burocrática. O presente trabalho considerou tal agenda em seus aspectos políticos e ideológicos, a fim de identificar as principais rupturas ocorridas entre os governos FHC e Lula.

## Referências

ABREU, A. A. *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, J. A. G. From dependency to globalization: Brazilian foreign policy in the cold war and post-cold war. In: MORA, F.O.; HEY, J. A. K. *Latin American and Caribbean foreign policy*. Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2003 (pp. 267-287).

ALCÂNTARA, L. Os parlamentos e as relações internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 44, n. 1. Brasília: jan.-jun. 2001.

ALIMONDA, H. Impasses no MERCOSUL. *Teoria e Debates*, ed. 25. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1994.

---

<sup>12</sup>Cabe destacar que, na dissertação em que esse artigo se baseou, são analisados outros indicadores de PSDB e PT, a fim de se chegar a esta conclusão, como os planos de governo presidencial das eleições de 1989 a 2006, documentos produzidos em seus encontros nacionais e políticas concretas para a América do Sul levadas a cabo por FHC e Lula em seus respectivos mandatos (MENDES, 2020)

ALMEIDA, P. R. Os partidos políticos nas Relações Internacionais do Brasil – 1930-90. *Contexto Internacional*. Vol 14, n. 2, julho/dezembro, 1986.

ALTEMANI, H. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Social-democracia e esquerda no fim de século. *Ideias e Debates*, nº1. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A nova centro-esquerda. *Ideias e Debates*, nº24. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

BUERE, Júlio. O Itamaraty e a tradição. Artigo Apresentado no III Encontro Nacional da ABRI. São Paulo, 2011.

CARNEIRO, A.; LEMOS, R. Fernando Henrique Cardoso. In: ABREU, A. A. *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CASON, J.; POWER, T. Presidentialization, Pluralization, and the rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making from Cardoso to Lula. Trabalho. *Conferência Regional Powers in Asia, Africa, Latin America, The Near and Middle East*. Hamburgo, German Institute of Global and Area Studies, 11 e12 de dezembro. 2006.

CHEIBUB, Z. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica. *Dados*, vol. 28, no. 1, 1985.

CHEIBUB, Z. A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty. *Revista de Administração Pública*, v. 23, n. 2, p. 97-128, 1989.

CRUZ, S. V.; STUART, A. A Mudança de Rumo: A Política Externa do Governo Lula. In: VELASCO, S.V. *O Brasil no mundo: Ensaios de Análise Política e Prospectiva*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

FARIAS, R. S. É o Itamaraty uma instituição total? A aplicabilidade de um conceito sociológico em uma burocracia. *Meridiano 47*. Brasília: vol. 17, 2016.

FONSECA JR., G. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

FORTES, A. A política externa do governo Lula: algumas considerações. In: FREIXO, A. *et al.* *A política externa brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FPA. *História*. 2020. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/fundacao-perseu-abramo/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GASPARI, E. Serra joga parado, mas quer preferência, *Folha de São Paulo*, p. A8, 3 de março de 2010.

GOFFREDO JÚNIOR, G. S. Tradição, normas e a política externa brasileira para os direitos humanos. *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.

HUNTINGTON, S. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Forense Universitária, 1972.

KECK, M. *PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, M. R. S. Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*. Vol. 22, n.2, 2000.

MARIANO, M. P. A política externa brasileira, o Itamaraty e o Mercosul. *Tese (Doutorado em Sociologia)*. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara: 2007, 217 f.

MENDES, P. C. C. *Partidos políticos e política externa: a América do Sul nos governos Fernando Henrique Cardoso/PSDB (1995/2002) e Lula da Silva /PT (2003/2010)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2020, 168 p.

MENEGUELLO, R. *PT: A formação de um partido - 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.  
MESQUITA, L. R. Hipóteses para a mudança comportamental dos partidos políticos em política externa. *Carta Internacional*. Vol. 7, n. 2, jul.-dez., 2012.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L.; LIMA, M. R. S. Brazil's foreign policy and the 'graduation dilemma'. *International Affairs*, Oxford, v. 93, n. 3, p. 585-605, 2017.

MONTORO, A. F. *Os desafios do Brasil e o PSDB*. Comissão Executiva do PSDB, 1989.

NEVES, J. A. C. O Congresso Nacional e a política externa brasileira. In: ALTEMANI, H., LESSA, A. C. (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*, p.365-388. São Paulo: Saraiva, 2006.

NUNES, E. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

OLIVEIRA, A. J.; ONUKI, J. Eleições, partidos políticos e política externa no Brasil. *Revista Política Hoje*. Vol. 144, n. 1, 2010.

PINHEIRO, L. Novos condicionantes da Política Externa: reformulando perguntas e buscando respostas para o caso brasileiro. *21º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 1997.

PT. *Estatuto*. 1996. Disponível em: <[https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-estatuto\\_0.pdf](https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-estatuto_0.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RODRIGUES, T. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: EDUC, 2008.

SARAIVA, J. F. S. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SARAIVA, M. G. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático x autonomistas. *ARI 46/2010*, Real Instituto Elcano, Março de 2010.

SCHNEIDER, R.; ROETT, R. *Brazil: foreign policy of a future world power*. Boulder, Co., Western Press, 1976.

SCHVARZ, N. A influência brasileira na América do Sul. *Teoria e Debate*, ed. 58. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SINGER, P. A globalização e o Brasil no fim do segundo milênio. *Revista Teoria e Debate*, ed. 44. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, Nov. 2003.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 2, n. 2. Rio de Janeiro: IRI/PUC, jul./dez. 2007.

VIZENTINI, P. F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: Uma Década de Política Externa (1995–2005), *Civitas* v. 5, n. 2. Porto Alegre, 2005.

**Recebido em 11 de março de 2021.**  
**Aceito para publicação em 18 de maio de 2021.**